# Revisão da Carta da ONU

Propostas para a cooperação mundial

**Palestrante: Francisco Plancarte y García Naranjo**

Comissão de Direito Internacional e Comparado · Barra Mexicana, Colegio de Abogados

22 de outubro de 2026 · Sessão virtual

## Uma iniciativa para abrir o debate

Diante dos riscos nucleares, das mudanças climáticas e dos desafios da inteligência artificial, Francisco Plancarte apresentou uma iniciativa cidadã para abrir um debate entre Estados sobre o futuro das Nações Unidas e as capacidades necessárias à cooperação internacional.

O objetivo imediato da Coalizão Artigo 109 é promover a convocação de uma conferência de revisão da Carta da ONU. Plancarte descreveu essa plataforma como um agrupamento de mais de cem organizações da sociedade civil, ainda sem adesões oficiais de Estados à época da sessão. Ressaltou que a sociedade civil pode impulsionar a iniciativa, mas cabe aos Estados reunir os votos necessários à convocação.

## A convocação e a revisão da Carta

Ao explicar o artigo 109, o palestrante distinguiu duas etapas. Afirmou que a convocação exige o voto de dois terços dos membros da Assembleia Geral e de quaisquer nove dos quinze integrantes do Conselho de Segurança, sem veto nessa decisão. Para a entrada em vigor de reformas, indicou que a ratificação deve incluir os cinco membros permanentes. Diferenciou, assim, a abertura da conferência das mudanças que dela poderiam decorrer.

## As propostas institucionais do CEMERG

A partir do Centro Mexicano de Responsabilidade Global (CEMERG), Plancarte propôs discutir a transformação da ONU em um parlamento mundial e, caso essa via não prosperasse, a criação de uma federação mundial de nações. Apresentou a Constituição da Terra, elaborada pela sociedade civil, como referência para essas propostas. Situou sua eventual implementação em um horizonte de médio prazo, distinto da prioridade de convocar a conferência, cujo resultado permaneceria aberto à deliberação.

O modelo exposto contempla um parlamento com poderes para legislar e formar governo. O palestrante relacionou essas capacidades à eliminação do armamento nuclear e à regulação da inteligência artificial. Também propôs regras de representação e um imposto sobre transações financeiras para financiar o eventual parlamento.

## O diálogo com os participantes

O debate abordou a representação, o financiamento e a construção de vontade política. Roberto Arriola García participou do diálogo e relacionou a iniciativa à governança oceânica e às mudanças climáticas. Também foi proposta uma maior divulgação dos materiais em universidades e associações de advogados. Plancarte reiterou que a prioridade imediata é reunir apoio para convocar a conferência de revisão.

Leituras dos proponentes: Parlamento Mundial Provisório · Constituição da Terra (em inglês).

Links: Coalizão e Parlamento, em inglês; CEMERG, em espanhol.

Fonte: síntese editorial da LAMLS com base na transcrição da sessão de 22 de outubro de 2026.